

===== **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 24 DE**

FEVEREIRO DE 2011: *Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu extraordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr.ª Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Eng. Joaquim Jorge Ferreira, Dr.ª Ana Maria de Jesus Silva e Helder Martinho Valente Simões.** =====*

===== *Secretariou a presente reunião, a Coordenadora Técnica Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 16h.* =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, por motivos profissionais.* =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== **APOIO FINANCEIRO AO CENTRO DE LÍNGUAS DE OLIVEIRA**

DE AZEMÉIS (I/19692/2011): *Pela Vereadora Dr.ª Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Tendo em consideração: - o requerimento do Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis; - os relevantes serviços de interesse publico prestados pelo Centro de Línguas, no que diz respeito à leccionação de línguas estrangeiras, sendo de manter esta Associação em funcionamento e preservar a continuação da sua actividade; que a constituição do Centro Línguas foi efectuada por anteriores membros do Executivo Municipal e que de acordo com os Estatutos a sua Direcção é composta por membros do executivo em exercício de funções; - o(s) protocolo(s) celebrado(s) entre a Câmara Municipal e Centro Línguas com vista a assegurar, entre outros, o funcionamento da AEC´s que constituem até uma obrigação legal do Município; - que é o Município que contribui e assegura, através de atribuição de subsídios, a manutenção e funcionamento do Centro de línguas; Proponho ao abrigo da alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal delibere: 1) Apoiar financeiramente o CLOA com a atribuição dos montantes necessários ao cumprimento do pagamento dos*

débitos e prestações fiscais contributivas, acordados e acordar com as Finanças e a Segurança Social, pelos valores e nos termos solicitados; 2) Assegurar o pagamento das contribuições devidas pelo CLOA à Segurança Social através do apoio financeiro referido em 1. 3) Sem prejuízo do referido nos pontos anteriores, compartilhar desde já o valor em causa para o ano corrente sendo o montante dos valores para os ano (s) seguinte (s) apurado em função da evolução do(s) processo(s) e do direito de regresso sobre o CLOA, bem como a geração de receitas próprias decorrentes do exercício da actividade. 4) Submeter, na oportunidade, à Assembleia Municipal para rectificação e convalidação dos actos entretanto praticados e nomeadamente das transferências e pagamentos imediatos a efectuar e dos entretanto se venham a justificar.” No uso da palavra o Senhor Presidente esclareceu que pouco tempo depois do início do mandato do actual Executivo a Vereadora Dra. Gracinda Leal foi contactada por um inspector das finanças sobre a inspecção que estava a ser feita à Prof. Olga Costa, docente do Centro de Línguas, porque detectou uma discrepância entre os elementos apresentados pela professora e os dados das finanças em termos de IRS. Afirmou que a Vereadora Dra. Gracinda Leal defendeu que desde o início do mandato havia a necessidade de fazer uma auditoria ao Centro de Línguas e deste modo averiguar como era feita a contabilidade do mesmo, pelo que foram solicitados esclarecimentos quer ao Centro de Línguas, quer à responsável pela contabilidade, pedidos esses que foram sempre assertivos, mas infrutíferos. Continuando a sua intervenção referiu que em Janeiro de 2010 foi pedida a auditoria, cujo relatório revelou também dificuldades na recolha de informação e documentação no que diz respeito às Finanças e Segurança social. Dado que houve dificuldade na recolha de informação e documentação e devido também às inconformidades verificadas, referiu que a direcção do CLOA despediu logo que teve conhecimento do relatório de auditoria, a funcionária administrativa. Frisou também que a auditoria detectou duas coisas bastantes graves e complicadas: documentos da Segurança Social a comprovarem a não dívida por parte do CLOA e documentos das Finanças a comprovarem também a situação regularizada. Seguidamente disse que foram efectuadas várias reuniões com a Administração Fiscal e a Segurança Social e a partir do momento em que a correspondência começou a vir para a Câmara Municipal é que tiveram conhecimento do valor da dívida. Frisou que já foram feitos alguns pagamentos à Administração Fiscal e que neste momento têm em curso pedidos de planos de pagamento, quer nas Finanças, quer na Segurança Social. – Valores até ao momento identificados junto destas entidades: Finanças - €167.621,25, que inclui dívida tributária da não entrega das retenções de IRS aos trabalhadores, juros de mora, coimas e custas, tendo como referência 31/01/2011; Segurança Social – quotizações € 161.899,52 e contribuições € 346.095,27. Seguidamente o Senhor Presidente esclareceu que não é um movimento -sistemático, pois há um mês em que é pago e outro que não. Em relação ao plano de pagamentos esclareceu que o mesmo pode ir até 10 anos, assim como também há um pedido de prescrição do valor de algumas dívidas. Consultado o gabinete jurídico, o mesmo entende que a Segurança

Social tem dificuldade em aplicar a regra de prescrição porque considera este um acto único e em relação ao fisco vão ter de pagar o valor em dívida de 2005 para a frente, pois a dívida anterior a este ano considera-se prescrita. O Senhor Presidente referiu que esta é uma situação complicada, que o surpreendeu completamente, pois não estava à espera de ser confrontado com uma situação como esta. Disse que a proposta apresentada passa pela aprovação do pagamento dos montantes que o CLOA tem em dívida com a Administração Fiscal e a Segurança Social. Em relação ao ponto 3 da proposta, valor que contabilisticamente contará para a dívida da Câmara Municipal, cerca de € 600.000,00, valor que não está previsto neste momento no orçamento e plano de saneamento financeiro, só vai ser contabilizado ano a ano os valores a pagar. Usando da palavra o Vereador Eng.º Jorge disse que este processo é um conjunto de erros graves de gestão e que há factos que não foram transmitidos e que não foram focados. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge frisou que desde há muitos anos que os Vereadores do PS criticam a gestão do CLOA e reclamam a necessidade de existirem orçamentos e relatórios de contas que permitissem aferir do rigor da utilização dos dinheiros públicos que lhe eram afectos, assim como a realização de uma auditoria que avaliasse a qualidade da gestão nesta entidade. Referiu que o valor não surpreendeu os Vereadores do Partido Socialista, o que os surpreendeu foi o facto da responsável pela área contabilística dizer que estava tudo bem e, por outro lado, a falta de lealdade manifestada pelos colegas do Executivo sobre uma matéria tão grave, pois foram dadas várias hipóteses de esclarecer a situação e as mesmas não surtiram efeito. Dado que estão perante uma situação de grande complexidade o Vereador Eng.º Joaquim Jorge defendeu que devem ser accionados todos os meios para alcance das responsabilidades, mas também o apuramento da responsabilidade política, pois quem exerce estas funções mesmo que seja por inerência obriga-se a responsabilidades políticas. Por último frisou que todos os intervenientes devem ser ouvidos e que estavam à espera de mais informação, que julgam fundamental. No uso da palavra o Senhor Presidente disse que é evidente que há responsabilidades políticas e outro género de responsabilidade. Disse também que estas situações que o Vereador Eng.º Joaquim Jorge acabou de descrever hoje eram impossíveis de acontecer dada a forma de gestão e o acompanhamento que existe neste mandato. Frisou que a informação que os Vereadores da Oposição possuem é a mesma dos Vereadores do Executivo, pois só ele e a Vereadora Dra. Gracinda Leal tinham mais informação sobre o assunto, dado ser esta uma matéria delicada e confidencial e que a pedido do Ministério Público não foi dado qualquer conhecimento da situação. Referiu que para si, enquanto Presidente da Câmara, é uma surpresa total e extraordinariamente desagradável toda esta situação. Disse que era verdade que quando discutiam nas reuniões de Câmara assuntos relacionados com o Centro de Línguas os Vereadores do Partido Socialista alertavam para diversas situações e que respondiam sempre que o assunto estava controlado. Frisou que existem situações para as quais ainda não têm respostas, pois existem documentos na Câmara Municipal, quer da Segurança Social, quer das

Finanças, a dizerem que o CLOA tinha a situação regularizada, documentos esses que não sabem se são legais ou não, o que caberá a outras instâncias averiguar. Referiu ainda que o Dr. Carlos Patrão está a acompanhar todo o processo desde a apresentação do relatório de auditoria, que já teve várias reuniões com a responsável da contabilidade do CLOA, que adia sempre a entrega dos documentos e que afirma que está tudo regularizado, tendo ele próprio dificuldade em apurar a verdade. Usando da palavra a Vereadora Dra. Gracinda Leal disse que quando em 2009 iniciou o seu mandato e começou a conhecer o funcionamento do CLOA e da Academia de Música verificou que havia uma diferença muito grande quer no funcionamento de uma, quer no funcionamento de outra. Frisou que começou a exigir que a documentação passasse por si e a questionar se as contribuições estavam em dia, ao que a responsável pela contabilidade respondeu que estava tudo em dia, mas adiava sempre a entrega dos comprovativos dos documentos. Achando esta situação estranha foi falar com a Directora Técnica do CLOA no sentido de lhe pedir actas, relatórios de actividades, entre outros documentos, tendo a Directora dito que não tinha nada em seu poder. Perante estas situações que não conseguia entender, foi falar com o Senhor Presidente no sentido de ser efectuada uma auditoria ao CLOA. No entanto, em Abril, recebeu o telefonema de um Senhor das Finanças a dizer que o Centro de Línguas não pagava às Finanças desde 1993. Ao ter conhecimento desta situação, exigiu que a responsável pela contabilidade lhe entregasse toda a documentação e ela arranjava sempre desculpas tentando justificar todas as situações, mas continuando a não entregar. Frisou que só com a auditoria é que começaram a ter conhecimento de toda a situação e que rescindiriam de imediato o contrato com a responsável pela contabilidade. Frisou que não entende que haja falta de lealdade, porque este é o momento em que é possível dar conhecimento de toda a situação. No uso da palavra a Vereadora Dra. Ana de Jesus referiu que sobre o carácter sigiloso não sabe a dimensão desse sigilo, pois já ouviu falar desta situação numa conversa de rua. Frisou que no último Orçamento do CLOA questionou algumas verbas, pois não sabe ao certo o custo real dos honorários dos professores e não têm nenhum relatório de contas que diga se é suficiente. Questionou ainda se existem pagamentos em falta à Segurança Social no ano 2010. O Senhor Presidente disse que a partir do momento em que descobriu que estava algo menos bem accionou todos os mecanismos para o apuramento dos factos, quer haja consequências a nível político ou a outros níveis. Usando da palavra o Vereador Dr. Ricardo Tavares disse que sempre participou nas votações com a consciência tranquila de que estava tudo regularizado, pensando sempre que os subsídios eram para apoio do CLOA. Referiu que só teve conhecimento agora da situação, que ouvia falar de dívidas mas não sabia em que é que as mesmas consistiam. Disse que era com a maior seriedade que dizia que se qualquer pessoa soubesse desta situação não aprovaria os subsídios atribuídos. Referiu também que as deliberações foram sempre tomadas na base da boa-fé e é isso que queria que ficasse bem claro. No uso da palavra o Vereador Helder Simões disse que esta é uma matéria complexa. Dado que no início de Janeiro

de 2010 começaram a surgir as citações, questionou porque é que não fizeram nada para que não surgisse uma dívida de € 60.000 à Segurança Social nesse mesmo ano. Disse que gostava de perceber duas situações: 1- Clara suborçamentação do Centro de Línguas, em que alguém se apropriou de metade do valor das transferências; 2- Funcionamento do Centro de Línguas, quem é que emitia os cheques e quem os assinava. Referiu que sempre que é celebrado um protocolo têm de ser apresentados os justificativos da despesa para se proceder ao pagamento, o que neste caso falhou, pois os serviços da Câmara procederam ao pagamento sem a apresentação desses justificativos. Frisou que existem ainda muitas situações por esclarecer e muitas responsabilidades por apurar. O Senhor Presidente disse que as únicas irregularidades existentes são com as Finanças e a Segurança Social. Frisou que o Ministério Público já tem conhecimento do processo. A Vereadora Dra. Gracinda Leal disse que em relação às AEC's todas as horas são lançadas mensalmente e que mediante a confirmação da divisão de educação é que é feita essa transferência. Usando da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto disse que foram surpreendidos com a dimensão da situação, mas a maneira leviana com que viu encarado este processo ao longo dos anos não lhe surpreendeu esta dimensão. Disse que o que estava demonstrado é uma gestão completamente irresponsável, que não quer crer que possa existir a outros níveis. Referiu que o dinheiro que é dos outros deve merecer mais respeito e que as pessoas que eram apontadas como sérias, de zelo, mostraram grande leviandade. No uso da palavra a Vereadora Dra. Gracinda Leal disse que ficou surpreendida com a intervenção do Dr. Manuel Alberto, porque o facto de não ter competência na área da contabilidade e administração não ficou a olhar para o ar. Frisou que zela pela sua casa, o seu orçamento familiar e muito mais pelo dinheiro público e que dentro do Centro de Línguas tentou fazer tudo o que estava ao seu alcance para resolver o mais depressa possível esta questão. Disse ainda que não é mulher de vamos ver, que é de poucas palavras mas de acção e tem sempre o princípio de não mentir e ser sempre leal. Frisou que esta situação foi para si uma surpresa, que encontrou o Centro de Línguas totalmente à balda e que agora o Centro de Línguas inicia uma nova época de gestão e de transparência. Usando da palavra o Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse que este é um processo que ainda não está concluído, que passa por várias fases no sentido de serem apuradas responsabilidades. Referiu que a proposta que estão a aprovar é para assumirem ou não as responsabilidades com que foram confrontados, pois são de facto chamados a tomar uma posição relativamente àquilo que são os compromissos do Município e tem a ver com o facto de haver prazos para cumprir, prazos que não podem ser ultrapassados. O Senhor Presidente disse que não concordava muito com aquilo que o Dr. Manuel Alberto disse porque a partir do momento em que verificou que algo estava mal accionou os mecanismos ao seu alcance. Disse que o Ministério Público já contactou a Segurança Social e que têm que proceder ao pagamento das verbas das quotizações até amanhã para não complicarem ainda mais o processo e sob pena de accionamento de outros mecanismos, como por

exemplo processos-crime, pelo que apelava à compreensão de todos para este facto. Pediram à Segurança Social a prescrição de algumas verbas e o pagamento em prestações, mas que ainda estão à espera da resposta. Referiu que existem prazos que já não dominam e que foi contactado pela Senhora Procuradora que lhe pediu sigilo absoluto sobre o assunto. Disse ainda que só podem fazer uma avaliação quando o processo chegar ao fim. No uso da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge frisou que o incumprimento existe há muitos anos e que seria razoável quer no anterior Executivo, quer já neste, que a Vereação tivesse outro tipo de intervenção neste processo. Disse também que a Senhora Vereadora quando a questionavam sobre situações como por exemplo “outras transferências” respondia “não sei”, quando deveria dizer “não sei, mas estou a averiguar a situação”. No uso da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto disse que o que faltava era o Ministério Público intervir nas decisões que a Câmara Municipal toma e que dificilmente vai tomar uma decisão favorável sobre este assunto. Usando da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse que a informação que existe não é só essa e que querem toda a informação existente, que é necessário ter um parecer externo com as consequências que esta situação trará, porque só na posse dessa informação é que poderão impor algumas condições. Disse ainda que não reconhecerem estes valores como dívida é um princípio de gestão errada. Acerca da proposta apresentada a mesma foi retirada, dado que os Vereadores Socialistas solicitaram ao Senhor Presidente da Câmara mais tempo para poderem analisar a situação, ao que o Senhor Presidente acedeu retirando a proposta, marcando uma reunião com a equipa de auditoria para o dia seguinte. =====

===== A presente acta foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 19h e 45m da qual para constar se lavrou a presente acta que eu, _____, na qualidade de secretária a redigi.